

Media e democracia em Portugal

Media and democracy in Portugal

Francisco Rui Cádima

Departamento de Ciências da Comunicação, FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Avenida de Berna,
26-C, 1069-061, Lisboa, Portugal. frcadima@gmail.com

Resumo. A actual jovem democracia portuguesa tem tido uma vida atribulada em matéria de comunicação social. Todo este período, desde Abril de 1974 até a actualidade, tem sido marcado por uma forte tensão entre o sistema de media e o sistema político, parecendo que o segundo tem ganho algum ascendente sobre o primeiro, o que não deixa de ser preocupante. Esta reflexão pretende sobretudo explicitar factos, acontecimentos e contextos dessa relação tensa, procurando contribuir para a inversão dessa inquietante tendência e, consequentemente, para uma religitimação do sistema de media.

Palavras-chave: media, democracia, política, história, Portugal.

Abstract. Current young Portuguese democracy has had a troubled life on the media. All this period, from April 1974 until now, has been marked by a strong tension between the media system and political system. It seems that the latter has gained some ascendancy over the first, which is nevertheless worrying. This paper is more about explaining the facts, events and contexts of this tense relationship, looking for to reverse this disturbing trend and, consequently, to a religitimized media system.

Key words: media, democracy, politics, history, Portugal.

Após o derrube da ditadura de Salazar e Caetano a 25 de Abril de 1974, inicia-se em Portugal uma nova era em matéria de liberdades públicas, mas as relações entre os media e o sistema político da jovem democracia emergente, nunca chegaram a ser completamente autónomas e transparentes. De 1974 até a actualidade podemos dividir em três grandes períodos a história dessa relação de múltiplas tensões entre os media e o campo político: (i) revolução e reforma [1974-1979]; (ii) institucionalização do regime [anos 80] e (iii) “institucionalização” dos media [dos anos 90 à actualidade].

Revolução e reforma

O mês de Abril de 1974 ficará para sempre na história contemporânea portuguesa como uma data simultaneamente mágica e mítica. Mágica, porque foi nela que se depositaram todas as utopias à beira da crise das grandes narrativas ideológicas. Mítica porque, como bem mostrou François Furet, é na Revolução que morrem e se destroem as utopias. E o 25 de Abril de 1974, em Portugal, não fugiu à regra. Aliás, um dos gritos de Abril, como não podia deixar de ser, foi justamente a incontornável exigência de Liberdade de Imprensa para os media.

Criada como aparelho ideológico essencial do salazarismo, a censura não tardaria a cair sob a mira das baionetas e dos cravos. A 26 de Abril de 1974, o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) abolia a Censura e o Exame Prévio e reconhecia a necessidade de “salvaguardar o segredo dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários”. Nesse sentido, seria criada uma Comissão ad hoc para o controlo da comunicação social, teatro e cinema, com competências para suspender órgãos de comunicação social que colidissem com os princípios enunciados pelo MFA.

Os novos responsáveis da televisão pública (RTP) vinham entretanto assegurar que respeitariam as diferentes correntes de opinião, reconhecendo que o telespectador habitual estava necessariamente impressionado “com o que tem visto e ouvido no seu televisor nos últimos dias” enunciando o seu principal de-

signio e a sua principal prioridade: “proporcionar informação política a toda a população numa base rigorosamente não partidária”.

A 25 de Junho de 1974, o Governo Provisório suspende a concessão à RTP, e esta passa a depender da Junta de Salvação Nacional. Refira-se que a televisão dos primeiros meses da era democrática era, sem dúvida, uma televisão só aparentemente consensual, muito marcada por uma pedagogia radical do processo revolucionário e por uma constante guerrilha político-partidária em luta pelo domínio do “aparelho” televisivo.

Na imprensa, cresciam os casos de auto-gestão, radicalizavam-se os conflitos entre o patronato e os conselhos de redacção emergentes, e chegavam-se a eleger direcções em plenário, de braço no ar, com aconteceu com O Século, em Fevereiro de 1975. Ainda em 1974, os conflitos internos em O Século e no Jornal do Comércio ilustravam bem os limites da radicalização das lutas no plano profissional e político. Os media eram nessa altura controlados pelos partidos de esquerda e de esquerda radical.

A 26 de Fevereiro de 1975 surge a Lei de Imprensa do novo regime. Até então, a comissão ad hoc, ora se rebelava contra o reforço do poder na comunicação social por parte dos comunistas ou direccionava as suas baterias para a imprensa conservadora, boa parte dela regional, submetida à propriedade e poder da Igreja Católica.

Pouco depois surgem na imprensa, pela primeira vez, crónicas desassombradas, no caso assinadas por João Bénard da Costa (1974), onde se problematizava a questão das novas censuras em plena era democrática. Os textos apareceram no Expresso, numa sequência de quatro artigos e, logo na primeira crónica, as conclusões não podiam ser mais polémicas. O articulista sustentava que persistiam formas de censura e auto-censura na comunicação social e que se notava uma ausência de debate ideológico, mantendo-se “a lisonja e a subserviência” e que se mantinha uma “memória do medo”.

Nesse mês de Novembro de 1974, um outro cronista, Mário Mesquita escrevia no República: “[...] Duas tendências censórias paralelas percorrem o jornalismo português. Uma primeira traduz-se numa demissão instintiva da função crítica que lhe deveria caber [...]. A segunda é mais restrita, menos nacional, muito partidária e traduz-se numa luta subterrânea

¹ *Diário de Notícias*: “A RTP seguirá critério aberto às várias correntes de opinião” (4 de maio de 1974).

que, desde o 25 de Abril, com maior intensidade após o 28 de Setembro, se vem travando, em surdina, pelo controlo dos meios de comunicação social [...]. Por vezes, transparece em comunicados, moções e contra-moções, para não falar de certas crónicas teletalinistas que por aí pululam” (1987, p. 253-254).

Vasco Pulido Valente (1974), ao tempo responsável pelo departamento de programas político-sociais da RTP, era outra das vozes que alertava para o facto de a televisão portuguesa correr o risco de se tornar mais um meio de legitimação política do que um meio de comunicação propriamente dita: (a RTP) “não deve ser um mero porta-voz do Governo e das forças dominantes do sistema”. Do seu ponto de vista caber-lhe-ia, por excelência uma “função crítica”.

De um modo geral, o controlo político e a saturação ideológica dos media em Portugal no imediato pós 25 de Abril, se, por um lado, permitiu congregar forças politico-partidárias mais radicalizadas em torno de uma ideia utópica de “revolução”, quantas vezes exposta sobre o fio da navalha, por outro, teve de facto um efeito “boomerang”, criando fortes resistências, tanto no plano militar como na opinião pública. Aí estava já o sedimento para um controlo posterior da situação por parte das forças reformistas, encimadas pelo PS e pelo seu secretário-geral, Mário Soares. A vitória socialista nas eleições de 25 de Abril de 1975 foi um primeiro e decisivo exemplo do que dizemos.

A partir dos acontecimentos do 11 de Março de 1975, as forças mais conservadoras seriam afastadas do processo “revolucionário”, e iniciavam-se as nacionalizações da economia em geral e de boa parte da imprensa, que estava nas mãos de privados. A partir de então, apenas os vespertinos República e Diário de Lisboa e o diário portuense O Primeiro de Janeiro, na imprensa diária, não ficaram estatizados.

O reforço da presença do Estado na comunicação social em 1975 é paralelo ao processo de radicalização política que teria como limite o 25 de Novembro de 1975. A política e os media viviam de facto um tempo de crises, mas os casos que adquiriram uma dimensão mais problemática foram, sem dúvida, os casos do vespertino República e da Rádio Renascença. As escaladas comunista e esquerdista de assalto ao poder estavam lançadas e estrategicamente conquistavam as primeiras linhas decisivas da batalha e o campo dos media. Como dizia Mário Mesquita, “o debate do sistema de

comunicação social inseria-se, naturalmente, na luta mais vasta pela definição da natureza do regime político” (1994, p. 361).

A Rádio Renascença é ocupada pelo MFA (Movimento das Forças Armadas) a 30 de Abril de 1974 e a partir de então não houve descanso para a Igreja e para a sua “voz”. Foi uma história de dramatismos e confrontos entre trabalhadores, Estado e Igreja. No pós 25 de Novembro de 1975, perante a perspectiva de nacionalização da Rádio Renascença (RR), o Cardeal Patriarca de Lisboa consegue demover o poder dessa iniciativa e a RR é restituída à Igreja a 28 de Dezembro de 1975.

O “caso República” atingiu uma dimensão internacional inesperada. Foi, sem dúvida, “um episódio decisivo da luta política em que se jogava a natureza do regime português”. Um editorial de Jacques Fauvet (1975), no *Le Monde*, lança a polémica em torno das legitimidades “revolucionárias” e da liberdade de informar e mobiliza intelectuais como Edgar Morin e Raymond Aron, ambos alertando então para o perigo daquilo que consideravam poder vir a tornar-se num socialismo de aparelho.

As fortes tensões políticas eram evidentes nesse final de 1975. A RTP, por sua vez, estava sob controlo comunista e sob a crítica constante dos socialistas. Nas vésperas do 25 de Novembro, a RTP transmite, no dia 6, o histórico debate Soares-Cunhal, entre o líder socialista e o comunista. Os comunistas, no entanto, negavam esse alegado ascendente nos media, considerando que a chamada “colonização da informação pelo PCP”, segundo Frémontier (1976) não passava de um mito, ou melhor, de uma gigantesca operação de intoxicação internacional promovida pelos socialistas.

Falhado o “golpe” esquerdista do 25 de Novembro, era suspensa a publicação dos jornais estatizados e demitidas administrações, dissolvidos corpos sociais, embora a imprensa não estatizada tenha sido autorizada logo a partir de 29 de Novembro de 1975. O República ressurgiu a 30 de Novembro de 1975 (deixará de se publicar pouco depois, a 23/12/1975), e como que antecipa uma morte anunciada no artigo “O Silêncio das Rotativas”, publicado nesse mesmo dia 30/11/1975: “[...] Quatro dias sem jornais deram à população da capital, e de toda a região abrangida pelo estado de sítio, uma noção do que pode ser o terror do regresso ao fascismo. Uma nova era de suspeita generalizada; do boato instituído; das bocas ao serviço da ignorância [...]”. No *Jornal Novo*, de 3/12/1975, escrevia Eduardo Lourenço (1975):

“Creio que assistimos ao triunfo dos socialistas realistas contra os utopistas [...]. Não sei quem ganhou ao certo, embora creia que tenha sido a Revolução possível e lúcida. Mas sei quem perdeu” o verbalismo, o mimetismo ultra-revolucionário e a sua miragem frenética de sovieterizar em dois tempos este país”.

A institucionalização do regime

O período da Aliança Democrática (1979-1983), que incluía sociais-democratas e centristas, marca a consolidação do processo jurídico-institucional, pós-revolucionário, em Portugal. A partir de 2 de Dezembro de 1979, a maioria absoluta de Sá Carneiro introduz uma nítida inflexão política e mediática no país. Predomina então uma lógica política bipolarizada entre centro-direita e esquerda. A AD rapidamente passa a controlar a televisão pública e os postos-chave do aparelho de Estado e do sector público. É também importante recordar que foi com a AD que a Igreja lança a ideia de obter um canal de televisão em Portugal, coisa que o próprio Vaticano não possuía.

Após a morte de Sá Carneiro, o período de 1981 a 1983 (com eleições a 25 de Abril, e início do governo do Bloco Central) é já um período de crise e agonia da AD. Entretanto, a revisão constitucional de 30 de Setembro de 1982 retirava ao Conselho da Revolução os poderes que lhe estavam atribuídos terminando assim a chamada vigência política “revolucionária-constitucional”. A crise política era então quase permanente, o tecido económico estava desorganizado e a normalização democrática era ainda uma miragem.

E foram as forças políticas mais liberais, de centro e centro-direita que no início dos anos 80 defendiam já a liberalização do audiovisual em Portugal. Foi preciso um rápido desenvolvimento da televisão por satélite no nosso país, e uma forte adesão à televisão espanhola nas zonas do interior e de fronteira, e, claro, a adesão à Comunidade europeia, para esta questão ganhar uma nova importância no espaço mediático e político, mas só no início dos anos 90 seria resolvida.

O sistema de media, a partir de 1979 e ao longo dos anos 80 acaba por ter como característica mais marcante a sua forte instrumentalização por parte das diferentes forças políticas dominantes. Primeiro com a AD, depois com o chamado Bloco Central (1983-1985, entre sociais democratas e socialistas) e na segunda metade da década na maioria absoluta do social-democrata Cavaco Silva.

Predomina, de início, um economicismo liberal-conservador, mas que pretende ter um claro controlo do aparelho de Estado e dos media. A partir de meados dos anos 80, à progressiva consolidação institucional do regime, associa-se agora uma gestão mais eficiente da relação do sistema político com o sistema dos media, o que significa também, de certo modo, uma apropriação mais elaborada do campo da comunicação social por parte do sistema político-partidário, com uma natural perda de autonomia dos media enquanto “quarto poder”, a que veio corresponder, enfim, uma diminuição das virtudes e dos valores do próprio sistema democrático.

Na televisão pública houve desde logo um esvaziamento de um dos melhores projectos da história da RTP – o bloco noticioso Informação/2, reconhecido pela sua independência e rigor informativo. Era evidente, então, no início dos anos 80, que o serviço público de televisão estava ao serviço de uma maioria política. Proença de Carvalho, presidente da RTP à época, diria mais tarde, aquando da liberalização da lei da Televisão, no início dos anos 90, que era impossível uma televisão do estado ser totalmente independente, assumindo assim o seu próprio compromisso do passado.

A desregulamentação do sistema televisivo acaba por ser uma espécie de novo discurso de legitimação, dados os contornos mais políticos do que técnicos dessa nova fase. Vejam-se entretanto, alguns dados sobre a informação televisiva portuguesa no período que antecede imediatamente a liberalização. Nessa altura, o governo social-democrata foi claramente o grande beneficiário da informação televisiva diária do Canal 1 da RTP, nos dois últimos anos antes da concorrência. Com efeito, analisados os dois anuários da televisão pública dos anos de 1990 e 1991, verifica-se não só o largo destaque para o PSD e o Governo em conjunto, como também uma esmagadora presença do sistema político-partidário na informação. A maioria absoluta do PSD era como que transposta para a TV nesses anos finais do monopólio de Estado, totalizando Governo e PSD, mais de metade do tempo registado aos partidos políticos da oposição. O sistema político continuava a dominar a informação televisiva como um seu aparelho ideológico.

Mudar velhas estruturas e velhos alinhamentos de telejornal claramente governamentalizados nos anos 80 (e ainda dominados, nos anos 90, pelo sistema político-partidário e pelo *fait-divers*) não era fácil. Numa rápida síntese

se, pode caracterizar-se esse velho modelo (em termos de estrutura, não há grandes diferenças entre o “antes” e o “depois” do 25 de Abril) da seguinte maneira: aberturas ora com o sistema político-partidário ora com a actualidade trágica e o *fait-divers*; redução do nacional à pequena política, abandono da sociedade civil, das minorias, o mesmo para a cultura e a educação, isto enquanto o desporto tinha um pivot próprio; ausência quase generalizada do jornalismo de investigação, etc. Em traços largos foram estas as categorias de conteúdo e os temas do dispositivo do Telejornal, praticamente desde que há televisão em Portugal.

Sabe-se que a vitalidade de uma sociedade é a do seu sistema educativo e comunicacional. A informação-espectáculo e o sensacionalismo são um factor crítico de distorção do real e de exposição do individual. Não visam a produção de informação mas sim de audiências. Esperava-se que a guerra das audiências não contaminasse, designadamente, o temeroso reencontro da televisão pública com o mundo, com as coisas e as pessoas, enfim, o espectáculo dessa “saída à rua” da televisão. Puro engano.

A 6 de Outubro de 1992 e a 20 de Fevereiro de 1993, respectivamente, começavam então as emissões regulares dos dois canais privados de televisão portugueses – a SIC, projecto liderado pelo ex-primeiro ministro Francisco Pinto Balsemão e a então TVI/Quatro, dirigida pelo ex-ministro da Educação, Roberto Carneiro, e participada maioritariamente por organismos da Igreja Católica portuguesa. Com o arranque dos dois canais privados, terminava um longo ciclo de domínio do monopólio do Estado, assegurado desde 1957 pela RTP.

Importante é ainda a assinatura, em Março de 1993, do contrato de concessão do serviço público de televisão, entre a RTP e o Governo do primeiro-ministro Cavaco Silva. Através deste documento, a RTP ficava obrigada a cumprir as atribuições específicas do serviço público de televisão, aliás já previstas na Lei da Televisão, datada de Setembro de 1990, nomeadamente no que dizia respeito ao pagamento de indemnizações compensatórias do Orçamento do Estado, atribuídas à RTP pela sua actividade enquanto concessionária do serviço público de TV.

Outros aspectos havia, no entanto, que ter em atenção. Era o caso do risco da criação de posições dominantes susceptíveis de conduzir a restrições ao pluralismo e à liberdade da informação televisiva bem como da informação no seu conjunto e de precaver situações

de quase monopólio no campo dos media, ou mesmo de controlo económico-político de meios e grupos de comunicação social.

A “institucionalização” dos media

Os anos 80 são marcados, politicamente, por uma procura de equilíbrios sociais e políticos, no contexto de um sistema de alianças muito instável, e marcados também por uma aprendizagem lenta e difícil do sistema de partidos e de governo, dado tratar-se então de um novo período constitucional. Foi, com efeito, um período de normalização democrática e de consolidação da organização do Estado, mas essa foi também uma época de forte instrumentalização do sistema de media, em particular da televisão pública, e simultaneamente de presença regular do Estado na própria economia dos media, sendo ele próprio, regulador e regulado em simultâneo.

O “recentramento” dos media neste período de progressiva normalização da jovem democracia dá-se, fundamentalmente, no início da década de 90, altura em que surge um sinal claro de reorientação do modelo jurídico do sector com a criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), através da Lei n.º 15/90. A AACS era um órgão que tinha por objectivo garantir a independência dos meios de comunicação social face ao poder político e ao poder económico, e também o direito à informação e a liberdade de imprensa, tendo ainda uma função de fiscalização sobre a actividade desses mesmos órgãos.

Historicamente, dos anos 90 à actualidade, assiste-se a uma evolução do sector da comunicação social muito marcada por uma relação tensa, ambígua, senão mesmo algo esquizofrénica, entre os media e o regime democrático. Pode dizer-se que, sob a capa de um sistema estável e “hiper-regulado”, uma mão invisível esteve de algum modo sempre presente nas grandes operações que conduziram a cíclicas mudanças de propriedade de alguns dos principais media ou grupos de comunicação social portugueses, criando dinâmicas porventura mais suportadas por estratégias de grupos de interesses do que por realidades ou equilíbrios de mercado.

Refira-se que, com o primeiro ano da década de 90, desaparecem dois vespertinos históricos – o Diário de Lisboa (de 1921) e o Diário Popular (de 1942), tendo então surgido o Público, um matutino de referência. Mas logo no ano seguinte (1991) dá-se a privatização do Di-

ário de Notícias e do Jornal de Notícias, então detidos pelo Estado através do banco público Caixa Geral de Depósitos, vendidos ao grupo Lusomundo.

Este mesmo grupo Lusomundo é, cerca de 10 anos depois, comprado pela Portugal Telecom (PT), o operador de telecomunicações controlado pelo Estado, operação a que se chamou uma “renacionalização”. A compra da Lusomundo pela PT foi analisada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, tendo esta declarado a sua preocupação pela inexistência, no ordenamento jurídico português, de normas reguladoras da concentração horizontal, vertical e multimedia, que possibilitassem a intervenção adequada deste órgão regulador em relação a este assunto concreto. No entanto, considerava “que os mecanismos legais de preservação do direito à informação, da liberdade de expressão e dos direitos dos jornalistas podem contribuir para reduzir os riscos de alteração ilegítima da linha editorial dos órgãos de comunicação social do grupo Lusomundo e do actual quadro de pluralismo do sector dos massmedia²”.

Um dos momentos mais críticos na história do Diário de Notícias dá-se neste período, em finais de 2003, quando Fernando Lima, ex-assessor de comunicação do primeiro-ministro Cavaco Silva (1985-1995) é indicado como novo Director do DN. Jornalistas e Conselho de Redacção pronunciaram-se contra a designação do novo director, tendo considerado no plenário de 29 de Outubro de 2003 que o percurso do nomeado “o afasta de forma clara do perfil exigido ao líder executivo de um projecto de comunicação social como o Diário de Notícias”, onde prevalecia a “liberdade crítica” e a “autonomia em relação a quaisquer entidades ou forças políticas, económicas ou de outra natureza”. A própria Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), em comunicado (23/11/2003), considerava que “nomeações como a de Fernando Lima podem condicionar, em termos objectivos, a imagem dos órgãos de comunicação social quanto à sua independência perante o poder político bem como a confiança dos leitores”.

O mesmo grupo, agora designado Lusomundo Serviços, proprietário também da Rádio TSF, voltava a ser tema de debate em 2004. Os socialistas, na oposição, pela voz do seu se-

cretário-geral, José Sócrates, afirmavam então no parlamento querer obrigar a Portugal Telecom (PT) a alienar a Lusomundo e os seus media, através de um projecto-lei que impedisse que o Estado “directa ou indirectamente” detenha participações em meios de comunicação social, exceptuando-se as empresas que compõem o chamado serviço público (RTP, RDP e Lusa). “Fomos aprendendo muito ao longo do tempo” e “nunca nos passou pela cabeça que a PT pudesse ser uma empresa tão instrumentalizável³”, disse o líder socialista para justificar o facto de ter sido num Governo do PS que a PT comprou a Lusomundo.

Estava lançada a nova alienação da Lusomundo, agora pela PT, que surge no novo quadro do regime jurídico da concorrência (Lei nº 18/2003), aplicável a todas as actividades económicas e às práticas restritivas da concorrência, bem como às operações de concentração de empresas que “ocorram em território nacional ou que neste tenham ou possam ter efeitos”. Era neste novo contexto que decorria o processo de análise da operação de concentração, notificada à Autoridade da Concorrência em 9 de Março de 2005, consistindo na aquisição de controlo exclusivo da empresa Lusomundo Serviços pela Controlinveste, mediante a aquisição da totalidade da participação que a PT Multimédia detinha na primeira.

A Controlinveste era já uma velha aliada estratégica da PT, designadamente no sector multimédia, nos negócios, entre outros, da Sport TV e das sociedades multimédia do Benfica, Sporting e Porto. Nomeadamente, a Controlinveste lança a Sport TV em 1998, em parceria com a RTP e a PT Multimédia e, em 2001, cria, em parceria com a Portugal Telecom, a empresa Sportinveste Multimedia. A nova alienação poderia não salvaguardar a existência de posições dominantes prévias, ainda no próprio grupo Lusomundo Serviços, sobretudo na área dos diários generalistas. Faltaria ainda à Controlinveste possuir know-how específico no sector do jornalismo generalista para que a operação fosse totalmente transparente, apesar das garantias expressas pelo grupo de cumprir os grandes objectivos e o posicionamento editorial das empresas em presença. Cumprindo, aliás, um desígnio apontado pelas instituições europeias, e dado o perfil do grupo, importaria também ter havi-

² Deliberação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, de 5 de Janeiro de 2001, p. 12.

³ Henriques (2004) em “PS quer ‘reprivatizar’ império mediático da PT”.

do a garantia de que a filiação estratégica em práticas de negócios ancorados na publicidade não se sobreporia – antes se submeteria –, às opções editoriais e ao posicionamento estratégico dos media de “referência” envolvidos neste negócio. Mas era evidente que o grupo ficava com uma vantagem competitiva significativa face às dimensões do mercado, quer em matéria de publicidade, quer de sinergias editoriais, quer ainda na área do desporto.

Os ciclos de “privatização-renacionalização” da Lusomundo são a metáfora das relações perigosas entre os media, o sistema bancário e o sistema político-partidário e de governo em Portugal, designadamente nos últimos 20 anos. A par deste exemplo poderiam ser citados outros, aliás todos com resultados sempre favoráveis ao círculo restrito de influência do sistema de governo, como, por exemplo, a frustrada OPA da Sonaecom à PT, lançada no início de 2006, ou a sucedida OPA do grupo espanhol Prisa à Media Capital/TVI (canal de TV líder de audiências em Portugal), em 2005, qualquer destes casos com implicações significativas na diversidade e no pluralismo do sistema de media português, ou mais recentemente (2009), a tentativa da PT entrar na Media Capital, seguida com sucesso pela sua participada Ongoing, que por sua vez recebe investimentos do fundo de pensões da PT, mas que assegura que não serem para a compra da TVI/Media Capital...

Em síntese, hoje, em Portugal, não se pode dizer que os media constituam efectivamente um “quarto poder”. Talvez mais, como dizia Mário Mesquita, um “quarto equívoco”. A independência do sector é hoje mais precária, em virtude não só da crise económica e financeira, mas também por haver nas duas últimas décadas um reforço da institucionalização dos media (público e privados) face ao político, por via da criação de um modelo de regulação e de controlo económico e accionista dos media, que os deixa em boa parte reféns do “bloco central” de poderes (composto de socialistas e sociais-democratas) que gere o país desde o início dos anos 80.

Este é, evidentemente, um factor preocupante no actual contexto. Ao invés de contribuir claramente para o reforço da experiência

democrática e da cidadania, os media atravessam um período de múltiplas debilidades face ao político, ao económico e ao tecnológico (o digital), pelo que há hoje na sociedade portuguesa vozes relevantes com uma expectativa crítica relativamente à evolução da diversidade e do pluralismo no sistema de media em Portugal. Os perigos de um escrutínio deficitário da coisa pública e de uma despolitização dos públicos por via de um sistema mediático debilitado e precário, são sinais claros de preocupação na actual e futura paisagem mediática portuguesa.

Referências

- COSTA, J.B. 1974. A memória e o medo na Imprensa portuguesa (I-IV). *Expresso*, 97-100, de 9, 16, 23 e 30 de Nov.
- FAUVET, J. 1975. Révolution et liberté. *Le Monde*, 21 de Jun.
- FRÉMONTIER, J. 1976. *Portugal - Os pontos nos ii*. Lisboa, Moraes Editores, 214 p.
- HENRIQUES, J.P. 2004. PS quer “reprivatizar” império mediático da PT. *Público online*, 05/11/2004. Disponível em: <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1355&id=1207656>, acessado em: 24/10/2009.
- LOURENÇO, E. 1975. Confiança na Revolução. *Journal Novo*, 3 de Dez.
- MESQUITA, M. 1987. A Batalha da Informação. In: M. MESQUITA, *A regra da Instabilidade*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 344 p.
- MESQUITA, M. 1994. O Universo dos Media entre 1974 e 1986. In: A. REIS, *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 360-395.
- VALENTE, V.P. 1974. Crítica, Independência e Profissionalismo. *Diário de Notícias*, 13 de Jul.

Fontes primárias

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1974. A RTP seguirá critério aberto às várias correntes de opinião, 4 de Maio.
- Deliberação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, 5 de Janeiro de 2001, 21 p. Disponível em: http://www.gmcs.pt/Ficheiros/AACS/Pracs/lusomundo_2001.pdf, acesso em: 16/03/2010.
- Programa do MFA e dos Partidos Políticos. 1975. *Alfragide*, Edições Acrópole, 408 p.

Submetido em: 22/03/2010

Aceito em: 05/04/2010